

# “CONSOLIDAR UM FUTURO”

## Moção de Estratégia Global

“Sê a Mudança que queres ver no Mundo.”

*Ghandi*

1ª Subscritora: Joana Barata Lopes



# Índice

## QUE FUNCIONAMENTO?

- Do funcionamento da engrenagem
  1. SER JSD É SER AUTARCA
  2. FORMAÇÃO
  3. POLÍTICAS E CAUSAS
  4. CHEGAR A TODOS

## I. PROJECTOS E CAUSAS

## II. GUIDELINES TEMÁTICAS

- Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
- Bem-estar e Qualidade de Vida
- Cultura
- Turismo
- Emprego, Empreendedorismo e Inovação
- Educação
- As respostas da Comunidade
- Território Unido – Sinergias e Potencialidades

## A NOSSA EQUIPA

- Lista Candidata à Comissão Política Regional de Lisboa AM
- Lista Candidata à Mesa do Conselho Regional de Lisboa AM

**“Nós vamos pegar o Mundo pelos cornos da desgraça e fazermos da tristeza, Graça.”**  
Ary dos Santos

## Que Funcionamento?

Há dois anos atrás, quando apresentámos a nossa Moção de Estratégia Global, adoptámos a terminologia *Pensar. Pensar-nos*. Esta escolha não resultou nem resultou na divisão entre vertente prática ou vertente teórica, pelo contrário. Só teria sentido que nos pensássemos em teoria para nos prepararmos para actuar na prática.

Escolhemos *Pensar* pelo que isso significa em terminologia JSD: sem dogmas, sem verdades inquestionáveis, sem tabus intransponíveis. Próprio de quem tem o mundo pela frente.

Mantemos esse objectivo. Essa é a forma como queremos pensar a Regional - o seu funcionamento e o seu propósito.

Além do papel importantíssimo que uma Regional cumpre bidireccionalmente, na ligação com a Nacional, é o facto de não sermos o primeiro ponto de contacto no acompanhamento e representação dos militantes na base que cria as condições necessárias para desenvolver políticas que possam depois ser adaptadas para o uso específico de cada Concelhia, na sua ligação a cada um dos seus militantes.

O trabalho de uma Regional é centrado no apoio e na missão de garantir, a todo o tempo, as ferramentas necessárias, mais materiais ou mais formais, mais processuais ou mais de conteúdo, para que cada uma das Concelhias desempenhe o seu papel de estrutura localmente ligada a cada um daqueles que nela militam.

Mais ainda, cabe à Regional, nessa mesma visão global, garantir que as especificidades de cada Concelhia não são impedimento (por caracterização político-partidária do território, por exemplo) para o desenvolvimento da marca JSD. Manter o funcionamento da engrenagem, missão que definimos desde o primeiro mandato, é estar atento a isto – as especificidades terão sempre de ser convertidas em oportunidades.

O ganho de escala é, justamente, a nossa característica mais importante. O facto de não termos correspondência com um território único mas antes a um conjunto de vários territórios, com as suas especificidades, é o que nos permite retirar o melhor dele, como um

todo, sem que tenha de ficar refém de uma qualquer especificidade própria de cada uma das 10 realidades político-partidárias que o compõem.

### Do Funcionamento da Engrenagem

Quando estruturamos o funcionamento de uma Comissão Política Regional e projectamos um novo mandato, consideramos vários pontos: o que trazemos de trás e a que, naturalmente, queremos dar seguimento; o que mudamos para melhorar o funcionamento da engrenagem e a consequente prossecução das políticas definidas; a priorização de temas, causas, focos de actividade – interna e externamente.

Todo o projecto CRIAR UM FUTURO, já desde o seu “velhinho” nascimento em 2010, assentou intransigentemente em três valores: 1) o profundo respeito pela JSD; 2) a defesa da Meritocracia; 3) a Nobreza da actividade político-partidária no serviço à sociedade.

Tivemos sempre a noção (e de forma bastante lúcida!) que, do ponto de vista prático, duas noções eram absolutamente fundamentais ao sucesso no desempenho desta missão: 1) a noção de realismo e 2) a noção de exequibilidade - porque não há perigo maior para um projecto que a desadequação da realidade, por um lado, e a falta de aplicabilidade prática, por outro.

Hoje, quatro anos depois da primeira candidatura e no momento em que nos lançamos na candidatura de consolidação do projecto CRIAR UM FUTURO, estes são pontos que reiteramos.

Partindo disto, quando estruturamos o funcionamento de uma estrutura Regional, temos em vista a optimização do aproveitamento da mais-valia que é cada um dos membros que a compõem e que com ela colaboram – e que representam os seus recursos próprios; o aproveitamento da interacção dos recursos externos (das Concelhias à Assembleia da República); e uma metodologia, quer na definição de áreas-chave quer na eleição de causas e políticas a prosseguir, que melhor nos proporcione o objectivo final da JSD: a representação de cada um dos jovens portugueses – nas respostas às suas preocupações e desafios.

A Comissão Política Regional de Lisboa agora candidata, terá de focar a sua intervenção em quatro áreas-chave: 1) o gene autárquico da JSD; 2) a ligação às áreas centrais da JSD, na dicotomia das políticas educativas e de emprego, entroncada na base Formação; 3) as Políticas e Causas que escolhemos prosseguir; 4) a necessidade de chegar a TODOS.

## **1) SER JSD É SER AUTARCA**

Acreditamos e acreditámos sempre que a JSD é a solução na renovação das listas do Partido às autarquias da nossa Região. Não se trata de uma questão de quotas, trata-se de sabermos que os autarcas da JSD são os melhores, os mais preparados, os mais aptos, os mais empenhados, os mais dedicados à causa autárquica.

Com a realidade imposta pelos resultados autárquicos de 2013 – quer do ponto de vista dos resultados eleitorais do PSD, quer, por consequência, do reduzido número de autarcas da JSD que foram eleitos, esta Comissão Política Regional terá de repensar a forma de trabalhar esta temática.

Há quatro anos, preparávamos o “Objectivo: 2013!”, com uma base de trabalho larga na então rede de autarcas da JSD. Mudámos o paradigma.

É agora necessário que, além do acompanhamento constante de uma mais reduzida rede de autarcas eleitos pela JSD, se alargue a noção de trabalho em torno desta área. Por um lado, na continuação de um funcionamento em rede que permita a partilha de perspectivas e projectos autárquicos defendidos pela JSD em cada concelho; por outro lado, na percepção de que à Regional compete reforçar o trabalho que permita fornecer ferramentas a cada concelhia que suprimam, tanto quanto possível, as dificuldades que resultam da escassez de autarcas da JSD eleitos em 2013.

Por outro lado ainda, é imprescindível que o afastamento gerado pelos fracos resultados eleitorais do PSD no Distrito de Lisboa não afaste os militantes da formação prática de realidade autárquica – e esse é um desígnio que a Regional terá de saber cumprir.

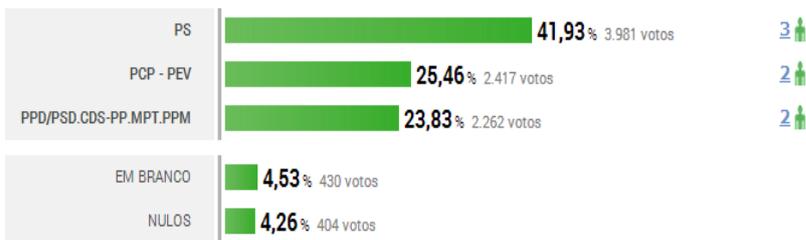
A intervenção autárquica está nos genes da JSD – é a sua base de intervenção pública e política. Cumpre-nos garantir que, nestes dois anos de mandato, tudo seja feito para garantir uma JSD em força para o combate de 2017.

## RETRATO ELEITORAL AUTÁRQUICO - CONCELHO A CONCELHO

### Amadora



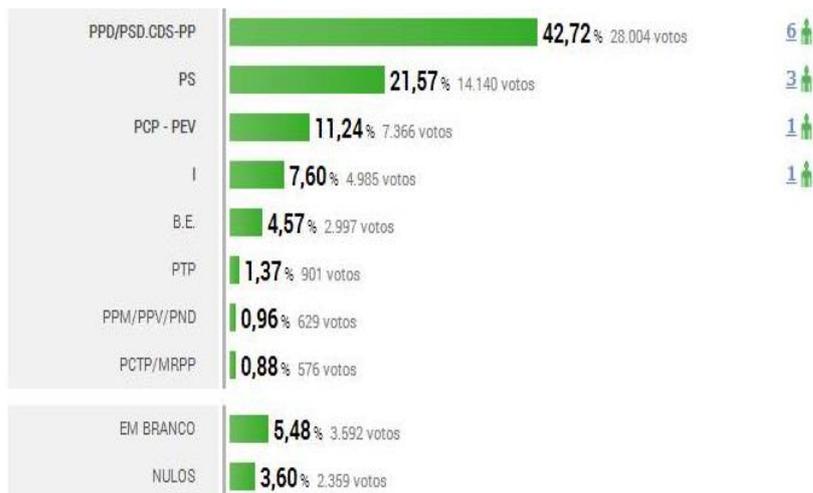
## Azambuja



Mandatos atribuídos: 7  
 Mandatos não atribuídos: 0



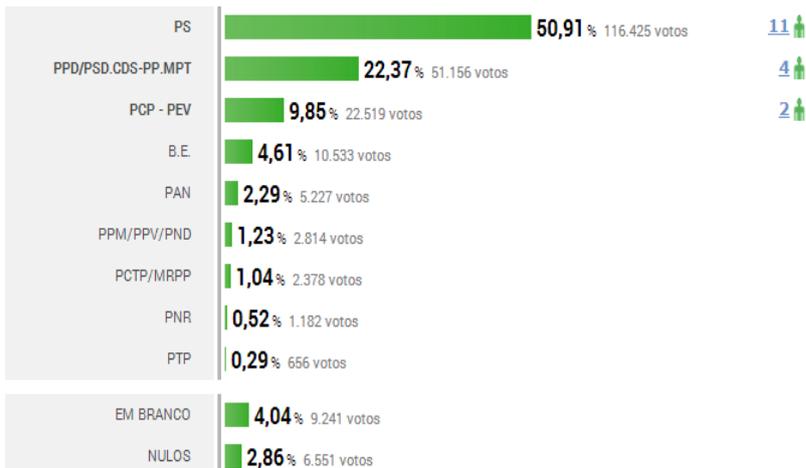
## Cascais



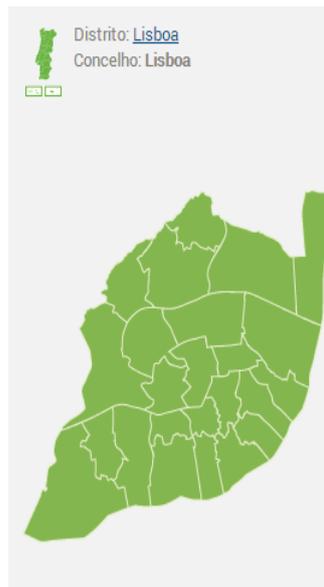
Mandatos atribuídos: 11  
 Mandatos não atribuídos: 0



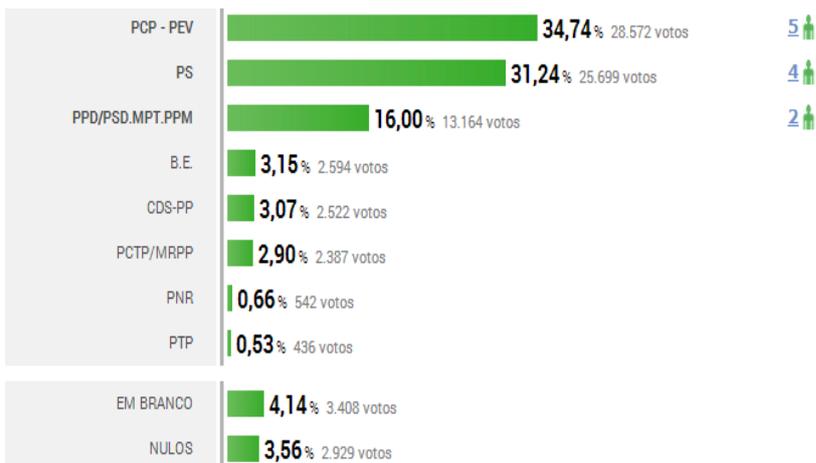
## Lisboa



Mandatos atribuídos: **17**   
Mandatos não atribuídos: **0** 



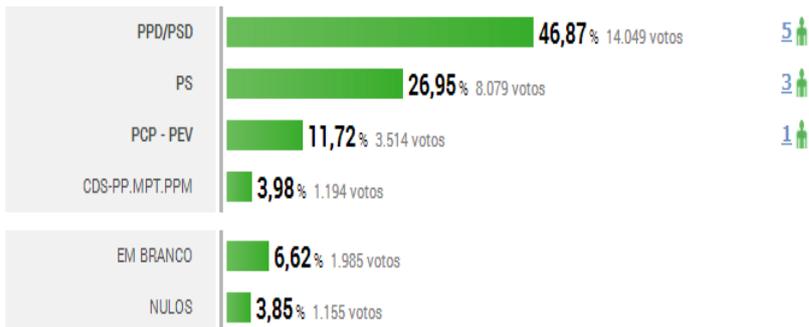
## Loures



Mandatos atribuídos: **11**   
Mandatos não atribuídos: **0** 



## Mafra

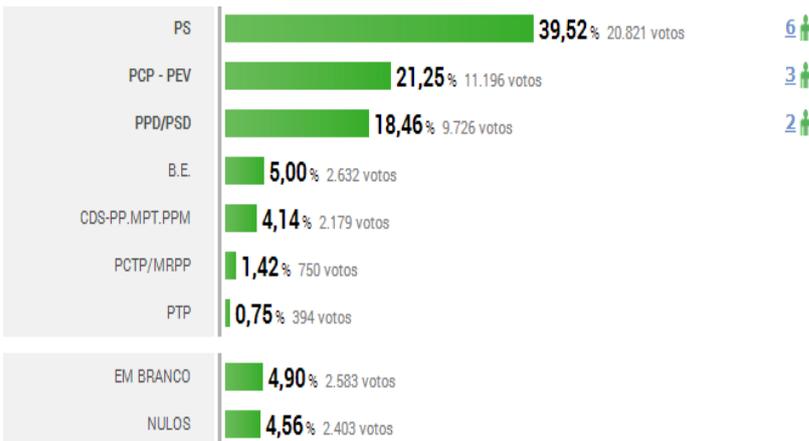


Votantes: 29.976  
**50,04%**  
 Inscritos: 59.910

Mandatos atribuídos: 9  
 Mandatos não atribuídos: 0



## Odivelas

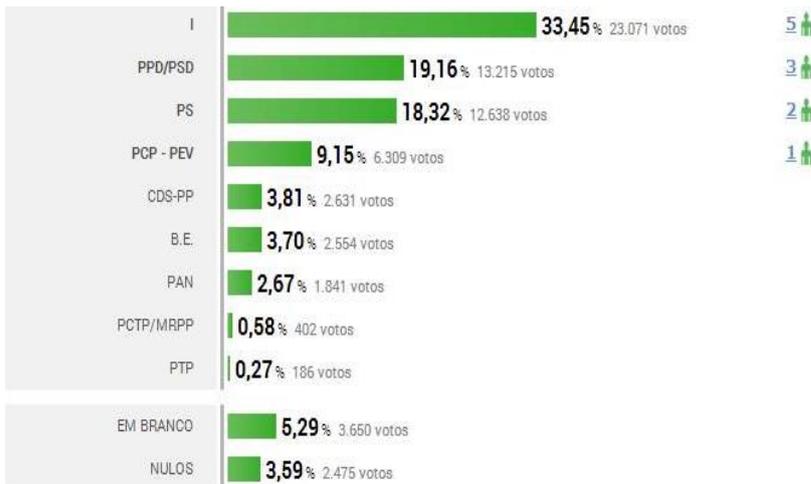


Votantes: 52.684  
**42,89%**  
 Inscritos: 122.822

Mandatos atribuídos: 11  
 Mandatos não atribuídos: 0



## Oeiras

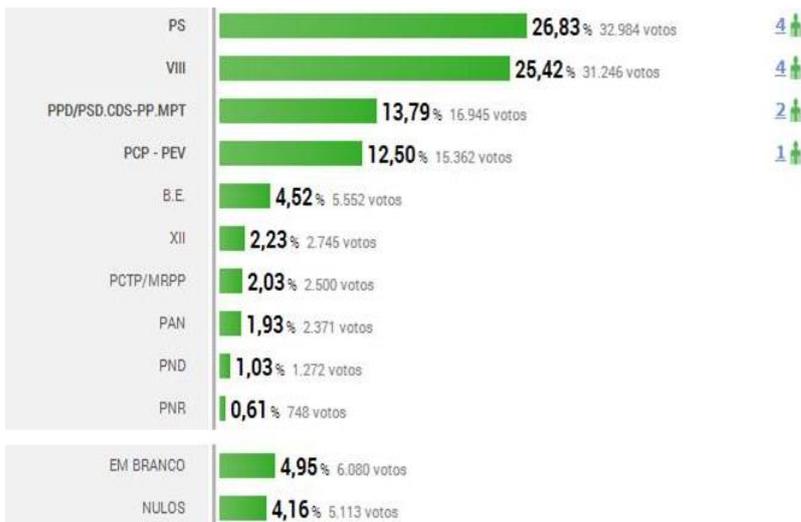


Votantes: 68.972  
**46,71%**  
 Inscritos: 147.666

Mandatos atribuídos: 11  
 Mandatos não atribuídos: 0



## Sintra

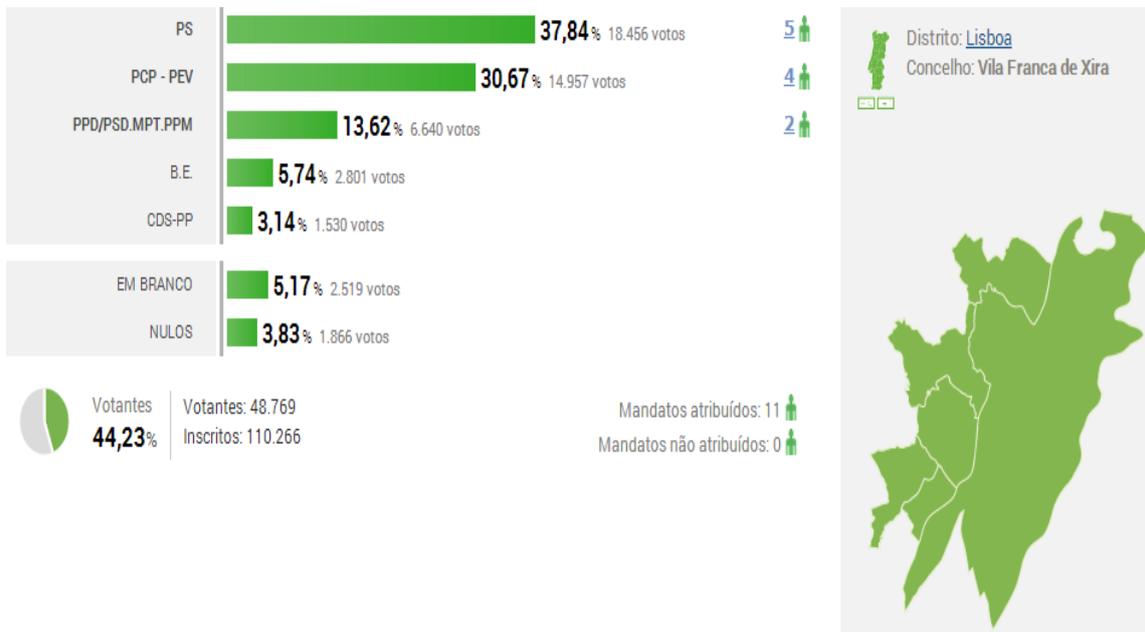


Votantes: 122.918  
**40,42%**  
 Inscritos: 304.082

Mandatos atribuídos: 11  
 Mandatos não atribuídos: 0



## Vila Franca de Xira



**“O todo é mais que a soma das partes”**

***Aristóteles***

Quando estabelecemos uma linha política autárquica, não podemos excluir a globalidade disso: a região de Lisboa como um todo.

A aplicação do conceito “Pensar Global, Agir Local” é aqui encarada numa lógica de identificação das características da Região - os seus desequilíbrios e potencialidades – considerando que a globalização da sociedade corresponde também a uma globalização das necessidades, na procura da solução e do caminho que melhor se adequa às especificidades dos jovens de cada concelho.

Acresce a isto que a nossa Região em particular, pelas características de desenvolvimento que tem, resulta numa mobilidade altíssima entre Concelhos – para fins de estudo, trabalho ou lazer. Por essa razão, nenhuma resposta é estanque ou isolada numa lógica de município.

Além disso, é também dever da Regional conhecer aquilo que são as respostas encontradas nos vários Concelhos para as suas questões concretas e perceber, no conhecimento supra municipal que tem da natureza específica de cada um, que respostas e soluções podem ser analogamente adoptadas por outros concelhos.

Preconizamos a cooperação. Queremos os melhores Concelhos, numa Região que seja o melhor possível, para um País de fazer inveja ao Mundo. E que valha muito a pena. Pela Juventude da Região de Lisboa.

## **2) FORMAÇÃO**

Entendemos Formação nas suas duas dimensões distintas:

- a) Formação enquanto linha condutora de um percurso de vida de um jovem, englobando as duas áreas fulcrais da JSD - Emprego e Educação;
- b) Formação enquanto base distintiva da JSD.

Assim e de uma forma geral, é essencial o acompanhamento das questões relacionadas com a Vida Académica que permitam a criação, implementação e apoio a uma lógica de Política Educativa que abranja os variados patamares, tipos e graus de ensino.

Exemplo deste imperativo foi a causa da Propina Mensal, em que a Regional exortou às IES que produzissem as necessárias alterações à sua política contabilística, de forma a possibilitar que os Estudantes e/ou as suas famílias, pudessem optar pelo pagamento da Propina Mensal, aliviando a carga trimestral de uma prestação mais elevada.

Entende e entendeu a Regional que as IES, bem como a comunidade educativa num todo, não podem demitir-se da responsabilidade social que também têm na sociedade em que estão inseridas – e que vai para lá de uma questão Governativa como a dos apoios da Acção Social Escolar, directa ou indirecta.

Nos contactos que estabelecemos, com o CRUP e o CSISP e com IES específicas, estamos moderadamente satisfeitos.

Este é um tema a que será dada continuidade e prioridade na lógica de intervenção política da JSD Regional de Lisboa.

Temos naturalmente a noção de que para a viabilização de quaisquer políticas educativas, é imperativo que fomentemos o diálogo com os estudantes e com as estruturas que os representam: quer externamente (como as Associações de Estudantes) quer internamente (na relação com os ESD e os vários NESDs).

Numa perspectiva global de Formação, a política educativa numa lógica contínua de aperfeiçoamento académico deve ser indissociável da forma como se encara a noção de emprego.

Apesar da trajectória positiva no que concerne aos níveis de desemprego jovem, estes continuam alarmantes.

Isto, aliado ao facto da realidade, (maioritariamente a que envolve os mais jovens e com menos experiência) ser a de condições laborais menos favoráveis, resulta em dificuldades evidentes para um início de vida com uma autonomia consolidada.

A situação financeira a que o país foi conduzido, levou-nos a perceber que somos a geração que irá ganhar menos que a anterior. É verdade. E é uma verdade que nos deve consciencializar. Os nossos pais ganharam, em média, mais que os nossos avós. Em geral, esta foi a situação que vigorou de geração em geração.

A nossa geração tem por isso enormes desafios pela frente.

Na ida para a faculdade, na aquisição ou arrendamento de habitação, no apoio dos primeiros anos de emprego, na insegurança também associada às políticas de estágios.

Considerando estas condições, aliadas a uma necessidade permanente de aquisição de competências e num panorama de competitividade global, as temáticas do emprego e educação, numa lógica formativa permanente, não podem ser dissociadas.

(ver mais *Emprego e Educação* em *Guidelines Temáticas*).

## Formação

A Formação Política é uma marca distintiva da JSD.

Para uma actuação que se quer de excelência, há a necessidade de dotar os nossos militantes de mais competências técnicas, políticas e cívicas.

A transmissão de conteúdos científicos que sirvam de apoio à intervenção política de cada militante, aperfeiçoando conhecimentos e suprimindo lacunas;

A obtenção de aptidões comunicacionais, técnicas de transmissão da mensagem e domínio das ferramentas tecnológicas à disposição para esse propósito;

A supressão das necessidades de funções políticas específicas, como as das estruturas dos Jovens Autarcas Sociais-Democratas e dos Estudantes Sociais-Democratas.

### **3) POLÍTICAS E CAUSAS**

Há quatro anos, foi com a observação da emergência do desencanto dos portugueses que abraçámos o desígnio político da Devolução da Esperança. Dizer aos Portugueses e em particular aos Jovens do nosso Distrito que podia e viria a ser diferente e apelar a que acreditassem sem desistir, constituiu a prioridade da nossa mensagem política.

Mostrámos exemplos concretos de actuação diferenciada, apresentámos os problemas à luz de perspectivas diferentes, vincámos incansavelmente que a JSD e o PSD eram, mais que uma alternativa à desgovernança, o único caminho possível a um País que se quer com Futuro. Contribuímos incansavelmente para a Mudança e os Portugueses quiseram Mudar.

Durante o mandato a que nos propomos, atravessaremos o momento de avaliação a esta Mudança que preconizámos e que os Portugueses aceitaram.

Na definição de políticas e causas, é essencial que nos perguntemos:

Que fazer para mostrar aos Jovens portugueses que a Mudança valeu a pena?

Numa Política de Mudança que assumiu de frente a Mudança de Paradigma de um país que vivia iludido em si próprio, como orientar a agenda política da Regional de modo a mostrar que, de facto, valeu a pena?

Mais! Numa altura em que se tocaram pela primeira vez alicerces de “verdades incontornáveis” de um Estado, da nossa Vida em comunidade, como pode a JSD Regional de Lisboa alavancar os jovens na compreensão de que é o tempo certo de não deixar que alguma “verdade incontornável” resista para conforto de alguns por incapacidade de muitos?

O próximo mandato, na definição de Políticas e Causas, terá de ser capaz de responder a isso. E corresponder a este desafio junto dos milhares de Jovens do nosso Distrito exigirá de nós mais do que já damos.

Construir uma resposta que se quer solidária a um Governo em que acreditamos, mas consolidada na mais-valia da crítica sólida do pensamento “fora da caixa” que diferencia a JSD. É isso que os jovens esperam, é isso que Portugal nos exige. É esse o compromisso que temos de honrar.

Provar aos Portugueses e principalmente aos Jovens do nosso Distrito que Mudar valeu a pena é provar que a JSD no Distrito de Lisboa é uma instituição ao serviço dos Jovens e não o seu contrário. E que, chamados novamente às urnas para testar essa Mudança, os jovens sabem qual a resposta que o seu Futuro exige. E o seu Presente.

**“E se todo o Mundo é composto de Mudança,  
Troquemos-lhe as voltas que ainda o dia é uma criança.”**  
*canta José Mário Branco*

Além daquilo que é o pensamento das temáticas aplicadas aos jovens direccionadas para a Região que representamos e pela qual temos o dever de velar e potenciar, a JSD Regional de Lisboa deve, também, pensar a sociedade como um todo. Reflexões que, sendo devida e responsabilmente estruturadas, possam servir de contributo à nossa JSD nos vários patamares em que esta se divide, para que, também neles, se faça a discussão.

É sempre altura de decidirmos por onde e de que maneira queremos seguir enquanto Jovens, enquanto Juventude Partidária, enquanto Políticos. Se a Política é a forma que escolhemos para servir a sociedade, então façamo-lo. Mas façamo-lo usando ao expoente máximo a nossa característica maior: não há verdades inquestionáveis ou tabus intransponíveis.

Sejamos, pois, JSD.

Alertamos, novamente, para o perigo da segurança precavida do político-economês. A JSD não se coaduna, em nenhum momento, com seguranças precavidas.

Assumimos que é o Modelo de Sociedade que queremos discutir e que o Modelo de Sociedade é tão mais que o Modelo Económico que a Sociedade adopta. Não temos a solução, mas queremos muito procurar o caminho.

- Identifiquemos as questões
- Debrucemo-nos sobre cada uma delas e ouçamos os tantos que já as pensaram, dos mais improváveis aos mais evidentes
- Analisemos os caminhos propostos
- Escolhamos o caminho

Queremos contribuir, passo a passo, para a construção de um Modelo de Sociedade necessariamente diferente daquele que desilude hoje os que nos antecederam e nos colocou a nós numa de duas situações: num beco sem saída porque as soluções antigas se esgotaram; ou no quilómetro zero de um mundo à espera de ser descoberto e percorrido. Por nós.

**“Enquanto houver estrada para andar  
A gente vai continuar.  
Enquanto houver ventos e mar,  
A gente não vai parar.”**  
*canta Jorge Palma*

Pensemos, então, o Mundo que temos. E construamos aquele que queremos ter!

## 4) CHEGAR AOS JOVENS

### O afastamento dos receptores da mensagem: dentro e fora



Quando tentamos perceber qual é a primeira preocupação que a JSD deve ter, a resposta vem em unísono – o distanciamento dos jovens e o sentimento de aversão aos partidos políticos e às juventudes partidárias.

Parece-nos evidente que assim seja: como podemos não nos preocupar com o facto dos jovens não quererem saber de nós se nos arrogamos ser os seus representantes e agir em nome deles?!

Sobre esta matéria muito tem sido já dito. Nós, que nos candidatamos à JSD Regional de Lisboa, não nos arrogamos ter encontrado a solução. Mas fomos nós, cada um dos militantes da JSD que, sendo também jovem, escolheu fazer política partidária, escolheu militar na JSD. É nossa a responsabilidade de inverter a situação, seja qual for a justificação que arranjemos para o afastamento.

Para nós, a JSD faz sentido. Porque a Política é a missão Nobre de servir a sociedade. Porque acreditamos que o papel que assumimos na definição da Agenda dos decisores Políticos é a forma de fazermos a diferença pela Juventude Portuguesa.

Não queremos que todos os Jovens portugueses militem em juventudes partidárias! Queremos que, concordando ou não com os caminhos que propomos, vejam sentido na nossa existência.

Para que os jovens se identifiquem connosco, saibamos nós sempre com que se identificam eles. Não interessa o que nós achamos que os preocupa: interessa o que os preocupa realmente.

Como vão os jovens identificar-se connosco, se nós não nos identificarmos com eles?

Para que os jovens vejam sentido na nossa existência, possamos nós garantir e demonstrar, de facto, que compreendemos o que sentem.

Só podemos mostrar caminhos e direcções DEPOIS de compreendermos o sítio onde estão.

A JSD Regional de Lisboa não tem a fórmula mágica. E, não tendo a solução, sabemos que este é o maior dos desafios e que cada momento terá de ser uma batalha incessante para o enfrentar. Tentando e recomeçando. Por todos.

A par da manutenção da engrenagem interna é tempo de a pôr a funcionar para fora! Abrir a JSD a sociedade, fazer passar a mensagem, provar utilidade.

O que querem os Jovens? Quais os problemas que realmente os afectam e de que é que precisam?

A nossa maior valia é a profunda consciência de que sem perguntarmos directamente aos Jovens, e aos seus representantes nos mais diversos fóruns, nunca saberemos, nunca conseguiremos responder às suas elevadas expectativas. Assim, é fundamental que o primeiro passo seja chamá-los, ouvi-los, ouvir os mais preparados nas várias temáticas, recolher contributos, promover a discussão, pôr a pensar. Juntos, somos melhores, mais capazes, chegamos mais longe.

## **Comunicação**

Temos consciência de que, havendo uma palavra chave, esta seria COMUNICAR.

Comunicar-nos para fora, comunicar com e para dentro.

Do trabalho político produzido já anteriormente, pode ser que aquele que teve mais consequências práticas – como o que decorreu do “Roteiro Social” ou de intervenção directa como a Propina Mensal – não tenha sido o mais comunicado. Mas o que é certo é que, apesar dos objectivos alcançados, a não comunicação dos mesmos resulta na não divulgação da “marca” JSD – para fora e para dentro. Da nossa marca.

Não cremos que retire o mérito às propostas – mas impede que este seja atribuído a quem deve ser.

Vivemos a era em que tudo se comunica – ou não existiu.

Urge que este mandato traga as alterações necessárias ao alcance da comunicação, interna e externamente.

A manutenção de uma engrenagem interna inexistente há quatro anos atrás, exige uma ligação muitíssimo mais próxima da JSD Regional junto de cada militante. Nas redes sociais, nos emails, na presença constante.

Esse é, também, o desafio.

## I. PROJECTOS E CAUSAS

### Duas Histórias, a mesma conquista: a Liberdade.



*Em 2014 celebramos os 40 Anos do 25 de Abril de 1974 e os 25 Anos da Queda do Muro de Berlim – “Duas Histórias, a mesma conquista: a Liberdade”.*

*Celebrar os 40 anos do 25 de Abril de 1974, marcando um caminho em Portugal para a Liberdade, a Paz e a Democracia; celebrar os 25 anos da Queda do Muro de Berlim, no triunfo desses mesmos valores na Europa.*

*Uma História de fascismo, uma História de comunismo totalitário – dois regimes, duas lutas, a mesma conquista.*

*Em 2014, ano de eleições Europeias, quisemos e queremos celebrar esta identidade de Europa cujos valores se confundem com os da nossa História. Porque somos portugueses e somos europeus.*

*Em 2014, no respeito destas Histórias, exigimos que a Liberdade não seja aprisionada em nenhuma corrente ou conveniência. Repudiamos aqueles que dela se apropriam e lhe atribuem rótulos de esquerda ou de direita; repudiamos aqueles que querem Democracia quando os resultados saem “a gosto”; repudiamos aqueles que recusam aceitar que são titulares os que a sonharam, mas não menos aqueles que a cumprem.*

*Em 1974 e em 1989, duas Histórias triunfaram pelos mesmos valores. Em 2014, a JSD Regional de Lisboa celebra-as. E não aceita instrumentalizações ou manifestações arrogantes de propriedade: Se a Liberdade tivesse dono, era uma Ditadura.*

Nesta campanha que vamos prosseguir, escolhemos novamente a causa LIBERDADE. Esta é a causa que congrega os Jovens e não os afasta. Esta é a causa que fez sempre parte do core da JSD. Este é o tempo de aproveitarmos cada momento para não nos deixarmos aprisionar na “titularidade da esquerda”.

Recuperemos o nosso espaço de intervenção. E estabeleçamos comunicação com aqueles a quem queremos chegar.

## **E OS JOVENS SEM JUVENTUDE?**



**Dia Mundial da Juventude**  
13 de Abril de 2014

**JSD**  
CRIAR UM FUTURO  
Regional de Lisboa

**E os Jovens  
sem  
Juventude...?**

No Dia Mundial da Juventude, a JSD Regional de Lisboa lançou um cartaz evocativo, perguntando: “E os Jovens sem Juventude...?”.

Na data assinalada mundialmente para falar de Juventude, quisemos parar para pensar naqueles Jovens cuja vida não proporcionou a mesma Juventude que aos outros.

Somos Socias-Democratas. E a Social Democracia é isto de acreditarmos nas mesmas oportunidades à partida – para que cada jovem tenha as ferramentas para construir o seu futuro e o seu projecto de Felicidade.

Hoje, queremos levar esta campanha para o patamar a que pertence.

Quando toda a JSD se debruça sobre a tipicidade própria dos problemas jovens, queremos pensar de outra maneira.

- A JSD Regional de Lisboa quer saber: **estamos a fazer o melhor que podemos pelas crianças e jovens que outros puseram em risco?**

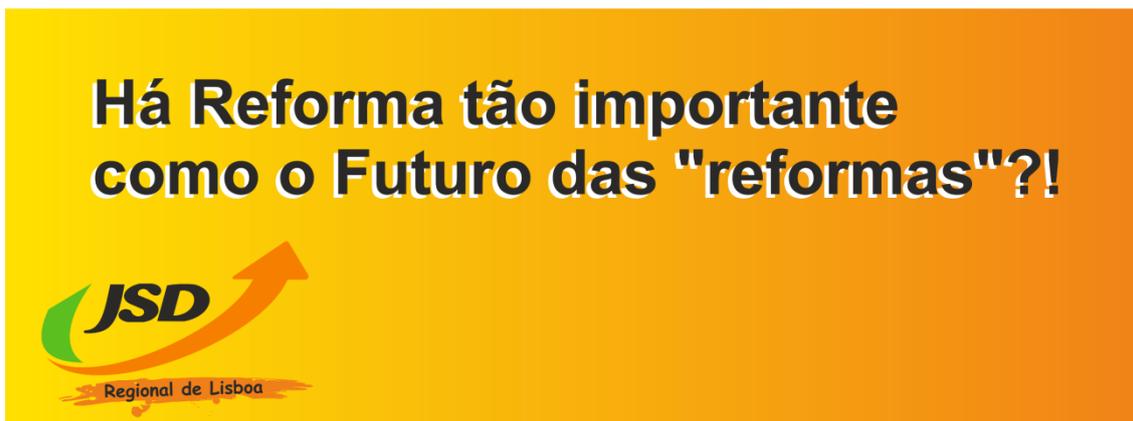
Como decorrem os trabalhos da Comissão Interministerial que está a rever o Regime Geral de Adopção? E o pós-adopção: que a Lei mal contempla? E as figuras como o Apadrinhamento Civil – não passa de um instituto jurídico que nenhuma das partes parece saber que existe? Os laços biológicos devem ser um foco assim tão grande que resulte, na prática, à situação maioritária de passagem por Centros e Lares até à autonomização do jovem? E que autonomização?

- A JSD Regional de Lisboa quer saber: **estamos a fazer o melhor que podemos pelos jovens que se colocam a eles próprios como risco?**

A Assembleia da República alterou a Lei Tutelar Educativa. Que mudanças efectivas? Há uma linha política que pense a delinquência juvenil? Punimos ou Recuperamos? Que recuperação propomos?

**Que cada um tenha as ferramentas que a Vida não lhe deu ou que as circunstâncias lhes retiraram. Para construir o seu caminho de mérito – em que nós acreditamos.**

## Reforma das “Reformas”



*Numa altura em que todo o país concentra esforços para garantir um futuro sustentável, não é possível que se ignore a questão da Sustentabilidade do Sistema Público de Segurança Social.*

*Esta questão crítica para o nosso futuro coletivo não é um tema de esquerda ou de direita, desta ou daquela linha governativa. Não é uma questão de 1ª, 2ª ou 3ª idade.*

***É verdadeiramente a questão central da sustentabilidade do nosso país.***

*Almejamos não apenas um país que sobreviva, mas acima de tudo um país onde queiramos viver:*

***Nós, os nossos pais e os nossos avós.***

***Nós, os nossos filhos e os nossos netos.***

***É urgente agarrar de frente a (in)Sustentabilidade da Segurança Social. Sem medos, dogmas ou conveniências.***

*É isso que temos de exigir-nos: Reformar o que está condenado; Reformar pelo futuro das "Reformas".*

Estes são projectos que consubstanciam causas. Causas que abraçámos e que queremos consubstanciar neste mandato. E a que juntaremos tantos outros – na lógica transversal definida neste documento estratégico.

Projectos como o Congresso do Território ou os 40 Anos do 25 de Novembro – que desenvolveremos com TODOS, para chegarmos mais longe.

## II. GUIDELINES TEMÁTICAS

### Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

O tema da moda há mais de 20 anos, tem sido debatido e explorado muitas vezes com a necessária profundidade, outras nem tanto, sendo apenas uma forma de políticos aparecerem “mais verdes” junto do eleitorado.

Ora debater o tema do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável deve ser um debate de convicção sobretudo para os jovens. Assegurar boas condições no nosso planeta no dia de amanhã, diz-nos respeito a nós e ao mundo que queremos deixar aos nossos filhos e netos.

É nesse âmbito que queremos lançar um longo debate sobre esta temática. Não somos especialistas, no tema, apesar de no nosso Distrito contarmos com alguns militantes bem qualificados e conhecedores desta área, situação que iremos ter em linha de conta e com quem contamos para um amplo debate.

Numa região com 10 concelhos, mais urbanos, apesar de conter um componente rural, de forma a assegurar uma dinâmica urbana que seja menos destrutiva do ambiente e mais solidária existem medidas que fazem todo o sentido saírem do papel:

- Actuar eficazmente no sentido de inverter a tendência ao crescimento urbano extensivo e de baixa qualidade, intervindo no modo de financiamento das autarquias, na fiscalidade sobre o património, nos instrumentos de regulação do uso do solo e na dinamização do mercado imobiliário;
- Reduzir os movimentos pendulares da população nas grandes Áreas Metropolitanas, promovendo a redistribuição de funções económicas no seu interior, no sentido da afirmação de novas centralidades especializadas;
- Explorar as oportunidades das tecnologias da informação e telecomunicações para reorganizar o espaço urbano e melhorar a qualidade de vida;
- Criar e consolidar espaços e corredores “verdes” nas áreas urbanas e exigir uma melhor articulação entre urbano e rural nas grandes Áreas Metropolitanas;

Estas são medidas que dizem respeito à capacidade de colocar o nosso país mais propício a compatibilizar tantas pessoas por metro quadrado e um ar mais saudável para todos.

Somos um distrito com uma orla costeira de grande dimensão e importa tomar medidas como ordenar o território na orla costeira por forma a antecipar eventuais riscos associados às causas da erosão, prevenindo ou mitigando os eventuais impactes das alterações climáticas. Importa também dotar o País com os meios para garantir a segurança marítima, reforçando as suas funções europeias nesta área.

Medidas já estudadas, que devem avançar o quanto antes e que a futura Comissão Política Regional irá colocar, na medida do possível, na ordem de prioridades das respectivas entidades responsáveis.

## **Bem-Estar e Qualidade de vida**

Este é um tema que nos deveria ocupar mais tempo. Os tempos de hoje são tempos de intenso *stress*, de várias solicitações e por vezes para dar resposta a tudo descoramos a parte do nosso bem-estar e qualidade de vida.

Ora, à JSD não compete substituir o papel de Pais ou de Escola. Consideramos sobretudo que o papel máximo da educação de um filho está nos Pais. É deles a responsabilidade de educar, ensinar, acarinhar, “ralhar” e dar as ferramentas para os filhos crescerem e estarem preparados para o mundo!

Por isso, passa a necessidade de uma maior consciencialização dos Pais e do seu papel crucial na educação dos filhos. Os pais são o exemplo marcante do filho. A sua responsabilidade e capacidade de lidar com o filho irá marcar todo o percurso da criança, jovem e adolescente, quando entrar no dito “mundo dos adultos”.

Importa por isso, criar uma cultura de preocupação com o bem-estar da pessoa.

Mente sã e corpo são, fazem com que a pessoa adquira uma estabilidade emocional e física que lhe servirá para alcançar mais conquistas e objectivos pessoais. Aos jovens de hoje, não basta viver a vida intensamente, é preciso um equilíbrio e uma busca de não cair em excessos.

Uma vida regrada desde início, evita futuras doenças e pensando de forma contabilística, evita futuros gastos em saúde e tratamentos que podem e devem começar logo na infância e adolescência.

Muitos estudos revelam que os exageros feitos ao nível do sal e gorduras têm sido nefastos para a saúde dos portugueses. O típico *fast food*, a comida rápida, a falta de um horário de alimentação regulado, provoca excessos que são mais tarde sentidos com o aparecimento de diabetes, obesidade mórbida e insuficiência cardíaca.

Juntamente a uma correcta alimentação, está a necessidade de praticar desporto. O corpo são, vive do que se come e do que se despende de energia. A prática de desporto é pois uma necessidade imperiosa e que deve ser sempre incentivada. Por exemplo, deixamos a reflexão, e dado que o nosso Distrito possui inúmeras faculdades, deixamos a reflexão de que o desaparecimento da disciplina Desporto pode provocar a um certo desleixo por parte dos estudantes universitários. Poderia ser uma boa forma de continuar uma manutenção semanal e de obrigar as pessoas a cuidarem mais de si.

O desporto é por isso uma resposta muito importante para diversas situações. É por isso determinante que relação entre a comunidade escolar e as diversas entidades (colectividades e outras) que possibilitam a prática da actividade desportiva tem e deve ser MAIOR do que a simples cedência dos espaços para a prática da actividade desportiva.

O desporto permite criar laços entre jovens, fomentar o espírito de equipa (logicamente, dependendo da modalidade em si), criar uma vontade competitiva, sempre bem limitada e dentro da ética e das regras básicas, situação que permite ao jovem criar mecanismos para no futuro enfrentar situações adversas.

Mas não nos podemos enganar. Os caminhos desviantes estão ao virar da esquina e não podemos fingir que não existem.

O consumo do álcool, atinge cenários mais preocupantes nas ditas semanas académicas, com um elevado número de pacientes em coma alcoólico, a entrarem pelas urgências dentro. Importa por isso manter a necessidade de sensibilizar que beber socialmente é bom, ninguém o nega, porém em excesso só prejudica.

Mas a piorar o abuso de álcool está a possibilidade de conduzir embriagado. E aqui sim, entra a necessidade de uma forte acção de sensibilização e mecanismos de prevenção. Quem bebe

não conduz. Assim, não pode colocar a sua vida, mas sobretudo a vida de outros em causa. Muitos são os casos de pessoas que beberam, foram para a estrada e tiveram acidentes em que vitimaram alguém totalmente inocente.

Esta é uma situação que não merece qualquer condescendência e deve ser claramente evitada.

A juntar ao álcool e drogas, está também o tema da sexualidade. De facto, o início da vida sexual de um jovem deve ser bem enquadrado e acompanhado. Um jovem deve estar ciente do que implica essa decisão. A necessidade de uma correcta educação sexual é pois prioritária para a formação de um jovem.

A estes temas devemos olhar com atenção e preocupação. Cientes de que a educação é responsabilidade dos pais, mas a necessidade de sensibilizar os jovens é de todos!

## Cultura

A Cultura como factor diferenciador de sociedades desenvolvidas ou de maior civismo é um conceito largamente aceite, quase dogmático.

Projectos como a Orquestra Geração, que através da música clássica e num âmbito social desfavorecido integra crianças e jovens, abrem horizontes e dão perspectivas de mobilidade social, são exemplo do papel cívico e transformador da cultura.

Quando se luta por uma sociedade mais solidária, igualitária e livre, como o PSD faz, não se pode descurar o papel da cultura no caminho para este fim.

A importância de um conhecimento, aparentemente, menos prático, mais filosófico e artístico é muitas vezes descurada por uma sociedade cada vez mais direccionada para a eficiência, a eficácia e o lucro. Porém, a negação da importância deste tipo de conhecimento, intimamente relacionado com um forte espírito crítico, é um erro que a sociedade não pode cometer. Só com espírito crítico, arrojo e por vezes um pouco de loucura, as sociedades e a própria economia se ultrapassarão.

Sem Da Vinci teríamos helicópteros? Sem Júlio Verne teríamos submarinos? Sem Jean Monet teríamos Europa? Sem Henry Ford teríamos a massificação do automóvel?

A genialidade, ou loucura, destes exemplos é a prova de que um “pensamento fora da caixa” é essencial para a evolução do mundo.

Porém há perguntas que se impõem: Estaremos a fomentar a criação destes génios? Estaremos a promover o espírito crítico? Estaremos a promover a Cultura?

Sem dúvida que sim, porém o espírito crítico impõe a premissa de que se pode sempre fazer mais.

Mesmo na actual situação económica e financeira em que o país se encontra há algo, não dispendioso, que o país pode fazer para a promoção da cultura: A educação para a Cultura!

Embora nos programas lectivos do ensino básico e secundário o contacto com a cultura seja evidente, a forma não é por certo a mais sedutora, derivando deste facto que a desejada aproximação dos jovens a este meio não seja conseguida e que muitas vezes até seja facilitado o seu afastamento.

Consideramos que a importância dada nos planos curriculares a factores formais nas obras artísticas ou culturais é excessivo e impede, por vezes, a compreensão e o verdadeiro contacto com as obras.

É difícil apreciar ou criticar um poema de Camões quando se está somente concentrado em dissecá-lo em sílabas métricas!

É difícil apreciar ou criticar uma obra musical de Mozart quando se está somente concentrado em executar o seu solfejo!

É difícil apreciar ou criticar o conteúdo filosófico de uma obra de Pessoa quando se está somente concentrado em identificar as características de um qualquer heterónimo!

É difícil apreciar ou criticar um quadro de Michelangelo quando se está somente concentrado em identificar as especificidades da paleta de cores utilizada.

É difícil contactar, viver ou gostar da arte quando se está somente concentrado nas suas questões formais!

Uma sociedade que não se eduque para as artes e para a cultura será sempre uma sociedade mais pobre, menos Humana, mais bruta!

Não sendo essa evidentemente a sociedade que defendemos, somos obrigados a promover o sentido crítico, a análise, a diversidade, a Cultura!

## Turismo

O planeamento é fundamental para assegurar a competitividade e sustentabilidade dos destinos turísticos. Entretanto, os benefícios do planeamento nos campos ambiental, sócio--económico e cultural somente são alcançados quando o processo de planeamento é implementado de forma adequada. Para tanto, há a necessidade de compreender a estrutura organizacional do Planeamento Turístico, assim como identificar e analisar as funções inerentes ao papel do planeador.

O turismo é composto por três dimensões: a dimensão operacional, que envolve a prestação dos serviços; a dimensão de suporte, que sustenta os operacionais; e a dimensão estrutural, que afecta as decisões estratégicas, envolvendo os dirigentes e o conjunto da organização o que, no caso dos destinos, se consubstancia em processos estruturais relativos ao consenso e às decisões estratégicas em matéria de marketing, de recursos humanos, de tecnologias, de logística, de construção ou de planeamento dos recursos financeiros.

E é sobre a dimensão estrutural que nos debruçaremos. E isto deve-se à carga eminentemente política deste aspecto; pois envolve a escolha de alternativas, uma vez que planear é um acto político que implica tomar decisões sobre acções presentes e futuras. O planeamento deverá ser estratégico e integrador, orientado para a acção, proactivo e contínuo, não sendo, portanto, uma mera elaboração de planos.

A informação relativa ao passado e ao presente são os alicerces para o planeamento. Há falta de informação estatística dos vários concelhos que pertencem a esta região - é certo que há bons exemplos, como o do Observatório de Turismo de Lisboa e do Turismo de Portugal que providenciam muita informação e de qualidade, mas muito concentrada no Município lisboeta. Há que mudar, em nome do desenvolvimento da Região como um todo.

Será através de um planeamento integrado de toda a oferta turística da Região que se garantirá a competitividade desta, incrementando – a e divulgando-a, vendendo-a no estrangeiro como um todo, e atraindo a iniciativa privada.

Só assim haverá mais investimento adequado para cada Concelho; só assim será possível que as grandes cadeias – Portuguesas e Internacionais - invistam com as diversas marcas que gerem; só assim será possível evitar projectos descabidos da realidade que por vezes destroem o potencial de um destino; só assim será possível transformar, recuperar e/ou reajustar a oferta existente. Só assim se garantirá o desenvolvimento sustentável de toda uma Região, numa altura em que o crescimento económico é tão premente e para o qual o turismo é vital.

E é através do crescimento da economia local e nacional, no rescaldo de uma inevitável fase de ajustamento económico, que se cria valor para os agentes económicos e riqueza passível de ser redistribuída na sociedade, salvaguardando o próprio Estado Social e propiciando postos de trabalho. E é precisamente aqui, na debelação da esmagadora taxa de desemprego jovem de que padecemos, que se apresenta a grande relevância da actividade turística da Região para a juventude local e o desafio para os agentes políticos intervenientes no processo de planeamento do turismo.

## **Emprego, Empreendedorismo e Inovação**

### **Emprego**

Os tempos que Portugal enfrenta hoje são do conhecimento de todos. Tempos difíceis que obrigaram a respostas duras e medidas claras.

Nesta hipoteca de futuro, nós os jovens portugueses, fomos os principais afectados.

Apesar da trajectória positiva no que concerne aos níveis de desemprego jovem, estes continuam alarmantes.

Isto, aliado ao facto da realidade, (maioritariamente a que envolve os mais jovens e com menos experiência) ser a de condições laborais menos favoráveis, resulta em dificuldades evidentes para um início de vida com uma autonomia consolidada.

A situação financeira a que o país foi conduzido, levou-nos a perceber que somos a geração que irá ganhar menos que a anterior. É verdade. E é uma verdade que nos deve

consciencializar. Os nossos pais ganharam, em média, mais que os nossos avós. Em geral, esta foi a situação que vigorou de geração em geração.

A nossa geração tem por isso enormes desafios pela frente.

Na ida para a faculdade, na aquisição ou arrendamento de habitação, no apoio dos primeiros anos de emprego, na insegurança também associada às políticas de estágios.

A porta da emigração escancarada é uma solução – mas deve ser considerada como oportunidade, não como inevitabilidade.

O Emprego é uma realidade que diz respeito a todos os jovens, sejam eles estudantes, empregados ou desempregados. Por outro lado, está intrinsecamente ligado ao problema da integração social, onde os jovens, enquanto promotores e protagonistas de mudanças, têm também uma palavra a dizer.

A JSD Regional de Lisboa tem como obrigação o acompanhamento constante destas questões, velando pela aplicação das respostas que vão surgindo á realidade da nossa Região.

Garantia Jovem

Se a nossa Geração atravessa um dos momentos mais difíceis de sempre, é nossa função primeira a de compreendermos e envidarmos esforços para qualquer demonstração de utilidade que minimize esta situação.

## **Inovação**

Portugal hoje não se pode fechar ao mundo. É neste contexto que é urgente passarmos da típica análise aos problemas que nos afectam, desde o défice, da dívida pública, da balança comercial desfavorável até aos típicos problemas do português de falta de planeamento, para novas soluções.

É muito neste enquadramento que surge a bandeira da inovação. Todos nós utilizamos a palavra inovação a toda a hora mas, na verdade, ela é apenas compreendida em parte ou utilizada de forma abusiva. A necessidade de apresentarmos ao mundo, em Portugal e em

qualquer país um produto ou serviço diferente ou significativamente melhorado é a chave para um aumento do número de vendas e um crescimento da produtividade.

As empresas devem encarar o futuro com um grau de especialização e de espírito sem aversão a mudanças, quer de modelos de negócio, quer de relações humanas.

É um conceito que deve começar a entrar nas empresas portuguesas, quer sejam micro, nano, pequenas, médias ou grandes. Todos, sem exceção devem começar a fazer um esforço de gerir a inovação tanto intra-muros, como extra-muros através de vigilância ou acompanhamento dos mercados onde operam.

A inovação começa nos locais de trabalho, nas metodologias utilizadas e na sensibilização de todos para participarem com ideias, sugestões e opiniões. Do funcionário da fábrica ao CEO, do responsável de vendas ao Director Financeiro, é inegável que uma melhoria, uma nova ideia ou uma pequena alteração pode estar bem presente e permitir apresentar ao mercado global novas soluções de negócio.

É urgente a criação de uma cultura de inovação em Portugal. Essa cultura necessita de rigor, planeamento, coordenação.

Inovação deve fazer parte das preocupações das administrações, da gestão de topo, deve ser claramente incentivada internamente.

Portugal precisa de uma sociedade civil forte. De empresas pujantes e com capacidade de crescimento acima da média. Não será na quantidade que iremos concorrer com os produtos/serviços de outros países, tem e só pode ser através da qualidade e de factores diferenciados.

Exemplos de sucesso em Portugal existem, exemplos de sucesso de portugueses na Diáspora existem, agora é tempo de Portugal ser um exemplo de sucesso e não apenas de casos isolados de sucesso.

### **Empreendedorismo Jovem**

Há muito tempo que o empreendedorismo jovem deixou de ser uma questão de moda. É imperioso que os jovens tenham ao seu dispor ferramentas e os meios possíveis e necessários para que tenham oportunidade de começar o seu negócio, individualmente ou em equipa com outros e de o gerir nos primeiros tempos da sua existência.

Estudos dizem-nos que cerca de 35% da população activa considera a existência de oportunidades de negócio. Neste sentido o incentivo ao empreendedorismo, a formação e informação sobre empreendedorismo, proporcionará a uma maior envolvência das pessoas e a estarem melhor informadas, melhor formadas e que vendo uma oportunidade de negócio decidam aproveitá-las, sendo válido e vantajoso para todas as regiões e para o próprio País.

Neste campo, manifesta-se a intenção de criar novos incentivos à colaboração entre empresas e universidades, a inclusão de metas para a criação de *spin-offs*, o registo e licenciamento de patentes nos contratos com as universidades, a criação de incubadoras de nova geração que permitam a pré-incubação e incubação de tecnologias e produtos com diferenciação e elevado potencial nos mercados nacional e internacional.

Entre os resultados que se esperam do empreendedorismo estão sem dúvida a criação de emprego, o crescimento da economia e o aprofundamento de uma cultura empresarial baseada na inovação.

A preocupação com o crescimento económico deve ser uma constante, daí que se deva apostar no potencial dos jovens e reforçar o estímulo à criação de micro, pequenas e médias empresas, dinamizar o recurso a fundos de capital de risco, a *business angels* e ao microcrédito, assim como, reforçar a ajuda técnica, por exemplo através de gabinetes de inserção profissional para jovens desempregados, essencialmente com o objectivo de dar a conhecer quais as possibilidades, incentivos e meios existentes para a criação do próprio emprego. Fica a sugestão já referida por muitos, que importa reforçar.

## EDUCAÇÃO

A temática da Educação é talvez a mais sensível, a mais importante e a mais vasta de todas as temáticas que incorporam a base de acção da JSD.

Deve ser dado o acompanhamento às grandes questões estruturais da Educação que a JSD, como um todo e num debate conjunto com todos, tem prosseguido e defendido publicamente (as questões da autonomia das escolas, da liberdade de escolha, da revisão curricular, da reorganização da rede de oferta de Ensino Superior, da obrigatoriedade de divulgação dos dados de empregabilidade dos cursos superiores, etc) algumas já até acolhidas por este Governo.

É também da nossa máxima responsabilidade o acompanhamento e dever de informação nas respostas que existem na Acção Social Escolar Directa e Indirecta.

Além disso, entendemos que a Regional de Lisboa, na perspectiva geral que tem supra concelhia deve estar atenta à globalidade da Região, preparada para, no conjunto das várias realidades, detectar e trabalhar as questões que os jovens estudantes da nossa Região identificam, para que possam depois ser debatidas e defendidas em uníssono, com eles e para eles.

O ganho de escala nesta apreciação e a sua necessidade tornam-se evidentes nos números: na Região que representamos, existem cerca de 720 escolas do ensino básico públicas e privadas e cerca de 100 do ensino secundário, públicas e privadas. O universo ronda os 500 000 jovens alunos.

No ensino superior, temos à volta de 16 instituições de ensino superior público e privado, 24 de ensino politécnico público e privado e 2 instituições de ensino superior militar. O universo dos estudantes universitários na Região de Lisboa ronda os 150 mil alunos.

Na forma como entendemos esta temática, acreditamos que a abordagem que fazemos ao Ensino deve ser tendencialmente global, na tentativa de acabar com a separação quase estanque e pouco proveitosa destes graus de ensino. Acreditamos que o entendimento do processo enquanto caminhada em que se vão introduzindo novas metodologias ao longo do tempo e de forma consistente (à semelhança do conceito das escolas integradas) contribuem para o princípio de responsabilização e aquisição de ferramentas próprias que defendemos intransigentemente: a Educação e o Ensino não são apenas colecções de avaliações maioritariamente anuais; são a construção dos pilares que vão sustentar cada aluno, enquanto pessoa, ao longo da sua vida.

### **Cartas educativas**

O conceito de territorialização é utilizado para significar uma grande diversidade de princípios, dispositivos e processos inovadores, no domínio da planificação, formulação e administração das políticas educativas que, de um modo geral, vão no sentido de valorizar a afirmação dos poderes periféricos, a mobilização local dos actores e a contextualização da acção política.

Mas o cerne da territorialização também é diversidade de tendências e de dinâmicas, ambiguidades e conflitualidade.

Uma Carta Educativa Municipal, cuja elaboração resulta da iniciativa da Câmara Municipal, é a tentativa de superação destas ambiguidades e conflitualidades, através da leitura lúcida, politicamente consistente e tecnicamente rigorosa, das realidades sociais, dinâmicas e capacidade de intervenção dos actores sociais.

A Carta Educativa é actualmente entendida, a nível municipal, como o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento sócio demográfico de cada município.

O conhecimento das Cartas Educativas é assim fundamental ao trabalho das concelhias no desenvolvimento de políticas educativas nos seus conselhos.

Cabe à Regional de Lisboa acompanhar as Concelhias na sua observação e implementação.

### **Empreendedorismo e Impreendedorismo como parte do Ensino**

Urge abordar o empreendedorismo como conceito aplicado no Ensino e como noção fundamental à lógica da Educação.

Se defendemos o caminho da Educação para a responsabilização e aquisição e desenvolvimento de competências próprias para a sustentação do aluno/indivíduo, não podemos não compreender a urgência deste conceito introduzido tão naturalmente como o desenvolvimento das competências linguísticas de cada jovem aluno, por exemplo. Entendamos: a capacidade de (im)empreender é um dos factores que o diferenciará no sustentação do seu percurso de vida.

A aplicação deste conceito poderá sujeitar-se a duas vertentes. Por um lado, esta noção de “conceito introduzido naturalmente”. Os textos que se estuda nos primeiros anos, quando o jovem aluno aprende a ler, por exemplo, não podem continuar a desenhar uma noção de sociedade em que, para a história ser correcta, o adulto da história tem um emprego para a

Vida, ou a conotar negativamente aqueles que, ao longo da vida vão experimentando fazer várias coisas, tentando caminhos diferentes, ousando empreender.

Também nesta vertente e com uma importância grande, importa combater a “aversão ao risco”. Definir um caminho e não acertar à primeira não é nem pode ser sinónimo de fracasso, mas antes a incapacidade de pensar e definir caminhos.

Por outro lado e de um ponto de vista mais formal: a promoção de uma maior sensibilização para o empreendedorismo em contexto escolar, desde o ensino básico e secundário até às instituições de ensino superior, de modo a criar, desde cedo, oportunidades na escola para que os jovens se sintam empreendedores e motivados para o empreendedorismo com o incentivo á concretização de projectos concretos; a introdução de conteúdos de gestão de projecto, gestão de risco, empreendedorismo e internacionalização de forma transversal aos vários cursos leccionados no ensino universitário e politécnico (ciências sociais, ciências exactas) como forma de dotar os alunos de maior conhecimento e capacidade de gestão, para que estes possam aplicar o seu conhecimento a casos práticos; a criação de estágios curriculares para os alunos do ensino secundário que frequentem as vias profissionalizantes, em empresas e instituições locais (sendo que estes estágios devem ter um forte envolvimento das empresas da respectiva área escolar), são caminhos que importa perceber, explorar, valorizar e prosseguir.

## **As RESPOSTAS DA COMUNIDADE**

### **ASSOCIATIVISMO Jovem e Conselhos Municipais de Juventude**

A Juventude, como tema transversal e no contexto das dificuldades socioeconómicas que vivemos, necessita de respostas concretas em vertentes que garantam e consolidem a sua autonomia, imprescindível ao seu bem-estar ao longo da vida.

Quando falamos no acompanhamento e auscultação das políticas transversais de juventude, é inquestionável o papel que as Associações de jovens têm tido junto das comunidades onde se inserem.

A JSD tem a obrigação de velar pela garantia das melhores condições para que os jovens se envolvam, o mais possível, na vida das suas comunidades.

A Regional de Lisboa entende que, em nenhum momento, deve procurar substituir-se ou competir com as mais variadas formas de participação. Pelo contrário. O reconhecimento destas formas de serviço, a sua valorização e reforço deve ser encarados como um dever da JSD. Quanto mais activos forem os jovens na defesa das causas em que acreditam e no serviço que prestam, nos vários âmbitos, à sociedade, tão melhor será a sua componente humana, o desenvolvimento das suas competências e, conseqüentemente, a nossa sociedade. Acreditamos profundamente no valor da participação juvenil – que vai para além de qualquer orientação politico-partidária e deve, aliás, complementá-la.

### **Conselhos municipais da juventude**

A promoção da participação cívica dos jovens na vida pública deve ser, portanto, um objectivo central das democracias modernas.

É certo que nem a temática nem a figura jurídica em causa apresentam novidade – se desprimor para as tentativas de melhoramento constante, de que tem sido alvo.

Os Conselhos Municipais de Juventude (CMJ) são um espaço democrático, onde os jovens têm a possibilidade de influenciar a elaboração de melhores políticas, de levar as suas reivindicações até aos poderes constituídos e desta forma serem eles também sujeitos activos do processo político.

Com os Conselhos Municipais de Juventude, cumprem-se os fins imediatos de alargar a participação democrática dos cidadãos em geral e dos jovens em particular, bem como de os formar e dar-lhes experiência na vida cívica e no envolvimento na gestão da causa pública, tornando a juventude protagonista do debate, da troca de opiniões e experiências, da exposição e formulação de políticas municipais.

A JSD tem, também aqui, um espaço muito importante de acção, como interveniente directo na vida do seu município numa modalidade diferente daquela a que estamos habituados enquanto juventude partidária: políticas municipais em debate directo com as mais variadas formas de participação juvenil do Concelho. Esta é, portanto, uma oportunidade. A oportunidade de percebermos perspectivas de quem não está, por natureza, inserido no mecanismo da participação na vida política da sociedade. Uma oportunidade para recolher

sensibilidades que não temos, para conhecer cada um dos nossos municípios através dos olhos daqueles que, a uma escala diferente, pretendemos representar.

Assim:

- Importa batalhar pela implementação dos Conselhos Municipais de Juventude nos municípios da Região onde estes ainda não existem;
- Garantir que, nos municípios onde estes já estão em funcionamento e prosseguindo a lógica de sessões de esclarecimento que já antes proporcionara sobre este assunto, os representantes da JSD nos CMJs tenham, da parte da Regional, o suporte e acompanhamento constantes para o melhor desempenho desta representação.

### A importância do terceiro sector

“Fazer bem sem olhar a quem!”

Ditado popular

Este é o mote de todas as associações que nascem da necessidade da população, em fazer face a uma carência, seja ela económica, desportiva, social ou cultural.

As associações, juvenis, IPSS ou outras, são a forma e o meio que a população encontra para tomar para si a responsabilidade da resolução de certas problemáticas, que o Estado terá, por si só, dificuldade em resolver de forma eficaz.

Por outro lado, um dos fatores da evolução de um país é a capacidade da sua população se auto-ajudar. Neste sentido, assim como o corpo humano combate qualquer infeção que afete o organismo, também a população se junta para “combater” os desafios e necessidades sociais, de forma a encontrar, em conjunto, uma solução consentânea e eficaz que auxilie e possibilite a todos um maior bem-estar.

Contudo, assim como o corpo humano, também a população precisa de remédios que a auxiliem nesse combate, podendo a JSD Regional de Lisboa prestar o seu contributo.

O objetivo de cada associação tem de ser o de se tornar autossustentável, não depender, única e exclusivamente, de ajudas externas. Ela própria pode e deve ser autossuficiente. Para auxiliar nesse propósito, a JSD Regional de Lisboa irá criar uma plataforma informática que servirá como central de trocas. Esta ideia nasce da percepção de que as associações, graças aos donativos que recebem e protocolos que assinam, têm excedentes de determinados produtos – brinquedos, fraldas, leite – e carência de outros. A plataforma visa permitir que as associações possam publicitar os artigos que têm em excedente ou que não conseguem consumir em tempo útil e realizar trocas por outros produtos dos quais tem necessidade.

Se o contexto socioeconómico que vivemos nos levanta, enquanto geração dita hipotecada, tanta indignação, muito maior é essa indignação na constatação daquilo que provoca aos grupos mais frágeis da sociedade.

Revemo-nos totalmente no princípio de que o Estado deve deixar fazer, quem sabe fazer melhor e a esses, reconhecendo-os num reforço da sua dignificação institucional, apoiar.

Na prossecução disto, continuaremos o nosso “Roteiro Social”. O objetivo é conhecer de perto a realidade social concreta da nossa Região, na tentativa de sermos úteis àqueles que, de forma tão nobre e altruísta, se organizam para dar resposta aos problemas sociais das suas comunidades.

Entendemos que podemos ser úteis e que dispomos da característica ímpar da proximidade política àqueles que podem, no limite, garantir a subsistência destas organizações e não conseguem conhecer o concreto de cada realidade. E que a mais-valia de estarmos organizados localmente e, portanto, perto das pessoas, enquanto Concelhias e Regional, deve ser utilizada para suprir esse desconhecimento.

## Território Unido — Sinergias e Potencialidades

Se é verdade que o foco da JSD Regional de Lisboa reside nas sinergias e características do seu Distrito, não se distânciamos dos problemas estruturais que o País atravessa desde há muito. Neste sentido, o pensamento do território é uma obrigação desta estrutura e que tem implicações reais no desenvolvimento actual e futuro do País, tendo consequentemente implicações na vida de todos os jovens de Portugal.

Mais, acreditamos profundamente que a assunção da Coesão Territorial como uma prioridade do pensamento político da JSD Regional de Lisboa, em tudo beneficia a discussão: porque imediatamente a “despe” de preconceitos de interioridade e desincentiva algum “paternalismo” com que a matéria da Coesão Territorial chega a ser observada.

Os tópicos fundamentais na discussão e na concepção/divisão do território, aos olhos da JSD Regional de Lisboa, são: a NUTS II, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDRs) e a coesão territorial como objectivo único desta estrutura juvenil.

No contexto nacional, a NUTS foi implementada pela primeira vez em 1986, através da Resolução do Conselho de Ministros nº 34/86, de 26 de março, que estabeleceu três níveis de desagregação – NUTS I, NUTS II e NUTS III – acompanhando a estrutura de classificação estabelecida ao nível europeu.

A NUTS - Unidades Territoriais Estatísticas de Portugal – designam as sub-regiões estatísticas em que se divide o território português, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento e do Conselho Europeu de 26 de Maio de 2003. As sub-regiões estatísticas de Portugal são de três níveis - NUTS I, NUTS II e NUTS III:

- NUTS I – Portugal Continental, Região Autónoma da Madeira (RAM) e Região Autónoma dos Açores (RAA);
- NUTS II – Portugal Continental: Norte, Centro, Lisboa/Vale do Tejo, Alentejo, Algarve; RAM e RAA;
- NUTS III – divide ainda mais as sub-regiões de Portugal Continental, mantendo inalteradas a RAM e RAA;

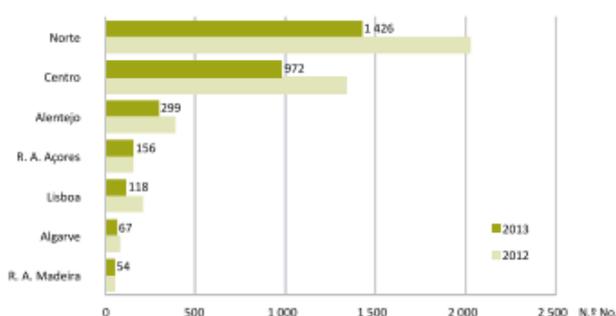
Em 2013, procedeu-se à reorganização administrativa do território das freguesias, através da criação de freguesias por agregação ou por alteração dos limites territoriais. As alterações

decorrentes do processo de reorganização administrativa foram significativas: o número de freguesias do país reduziu-se de 4 260 freguesias, em 2012, para 3 092 em 2013 (27,4%), aumentando a dimensão média das freguesias de 21,7 para 29,8 km<sup>2</sup> (+37,8%).

Ao nível das regiões NUTS II de Portugal continental, o impacto da reorganização administrativa na variação do número de freguesias e na dimensão média da área das freguesias, de 2012 para 2013, evidencia as regiões de Lisboa e do Norte como aquelas em que as situações de agregação e/ou alteração dos limites territoriais mais impacto tiveram.

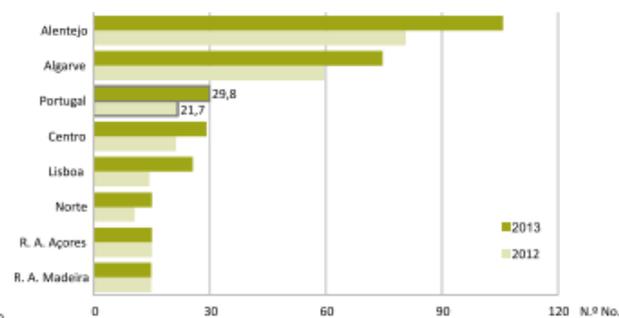
### Número de freguesias, por NUTS II

Number of parishes, by NUTS 2



### Área média das freguesias, Portugal e NUTS II

Average area of parishes, Portugal and NUTS 2



Fonte: INE, I.P., Sistema Integrado de Nomenclaturas Estatísticas; Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Direção-Geral do Território, a partir da Série Cartográfica Nacional à escala 1: 50 000 e Carta Administrativa Oficial de Portugal - CAOP 2012.1 e CAOP 2013.

Esta agregação e /ou alteração proferiu efeitos ao nível de ganhos de escala e ao nível de um melhor serviço que é prestado à população, em geral e especialmente à do interior. Apesar dos protestos dessa mesma população, esta reorganização permitiu ao País dar um pequeno passo na optimização e organização dos serviços públicos.

A JSD Regional entende que o território definido e organizado por NUTS II e estando as CCDRs dispostas de acordo com a mesma, deveriam ter mais competências para efectivar e delinear estratégias que permitissem uma gestão mais independente destes territórios em prol do seu desenvolvimento económico e social.

As CCDRs estão definidas de acordo com as Unidades Territoriais Estatísticas de Portugal II e têm como principal razão de existência assegurar a coordenação e a articulação das diversas políticas sectoriais de âmbito regional, bem como executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades, e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações, ao nível da respetiva área geográfica de atuação.

As CCDRs têm uma missão mais de garantir consensos entre municípios e apoiar tecnicamente os mesmos, de fiscalização, de planeamento, de cooperação, de fomentar parcerias e muito pouco de **decisão**. Das únicas matérias em que uma Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional tem competências para tomar decisões é relativamente à execução, a nível regional, das políticas de ambiente e de ordenamento do território.

Posto isto, o papel destas entidades é escasso e de pouco alcance, sendo mesmo por vezes confundido com o trabalho muitas vezes desenvolvido pelas comunidades intermunicipais (organizadas de acordo com a NUTS III), salvo raras excepções.

Esta forma de estruturar os organismos públicos a nível de gestão de recursos humanos e consequentemente financeiros (estas estruturas têm custos de funcionamento próprios) é discutível e no que toca à gestão diária do território, torna-se confuso e gera conflitos ao nível da intervenção de cada entidade.

Neste sentido, a JSD Regional de Lisboa defende que as CCDRs devam ser organismos com mais autonomia política, colocando a possibilidade da existência de independência política no que concerne à escolha dos órgãos de gestão destas entidades, permitindo assim que as mesmas possam absorver as várias entidades regionais criadas (por exemplo as Entidades regionais de turismo...), permitindo desta forma uma melhor estruturação da intervenção em cada uma das áreas/sectores da região, melhor eficiência na planificação e desenvolvimento das medida que permitam desenvolver esse mesmo território, acelerando o processo de decisão e mitigando ou mesmo eliminando as normais e constantes disputas políticas entre as várias entidades actualmente existentes. Consequentemente iria permitir uma inteligente racionalização/diminuição dos recursos públicos, concentrando tudo numa única entidade – economias de escala. Para além disto, seria uma voz única aquando das negociações sobre as várias matérias junto do governo central.

Para que uma decisão destas seja tomada, uma discussão pública e um estudo independente devem ser efectuados (apesar de estudos existirem muitos e com muito pouca aplicabilidade) para que uma transição desta natureza ocorra sem sobressaltos e se afira com precisão (ou não) o real proveito desta medida.

As formas de cooperação entre municípios devem ser objecto de uma monitorização rigorosa para assegurar o “estabelecimento efectivo de sinergias para ambas as partes e não se corra o risco de “colonização” dos territórios menos capacitados. A disseminação dos benefícios não é

equitativa e as regiões mais desenvolvidas tendem a beneficiar mais das redes de cooperação ou mesmo a evitar a cooperação formal com regiões menos favorecidas devido à necessidade de afirmação *plano nacional*<sup>1</sup>.

A reorganização da tomada de decisão à actual realidade territorial, por exemplo, e como já referido, dando mais poderes a CCDRs poderá ter reflexos no território, podendo a aplicabilidade dessas decisões ser mais eficaz. A coesão territorial também poderá ser defendida, reforçando a coesão institucional entre as entidades que “co habitam” dentro da mesma região, facilitando com isto a criação de ideias e de soluções que vão de encontro ao bem-estar comum pondo de parte por vezes divergências políticas e proveitos eleitoralistas que são muitas vezes as forças de bloqueio do desenvolvimento regional.

Esta discussão e medidas propostas vão permitir aprofundar matérias que são cruciais para oferecer melhor qualidade de vida às populações localizadas no interior do País, aumentar a atractividade dessas localidades e potenciar o seu desenvolvimento de forma transversal. E esses temas são:

- Turismo;
- Serviços e infra-estruturas;
- Transportes;

Os mesmos irão possibilitar, em linha com o já anunciado anteriormente, a **competitividade das regiões** e a **criação de emprego**.

O **emprego** é um flagelo da nossa sociedade e só com mais coesão, não só territorial mas também conseguiremos ultrapassar este tema delicado da nossa sociedade. Só trabalhando em conjunto é que conseguiremos mitigar esta problemática, principalmente das regiões do interior e mais desfavorecidas de actividade económica.

---

<sup>1</sup> In Paper: Ordenamento do Território e Coesão Territorial Contributo para o debate público do Livro Verde sobre Coesão Territorial Europeia – Ciclo de Conferências

## A NOSSA EQUIPA

**"Quem caminha sozinho  
pode até chegar mais rápido,  
mas aquele que vai acompanhado,  
com certeza vai mais longe."**

*Clarice Lispector*

### LISTA CPR

Presidente	Joana Barata Lopes
Vice-Presidente	Frederico Nunes
Vice-Presidente	André O'Neill
Vice-Presidente	Hugo Roque
Vice-Presidente	David Castro
Secretário-Geral	Tiago A. G. Fonseca
Vogal	Miguel Bugalho
Vogal	Tânia Silva
Vogal	David Ferreira
Vogal	David Silva
Vogal	Miguel Roberto
Vogal	Francisco Canas
Vogal	Frederico Fernandes
Vogal	Tomás Gonçalves
Vogal	João Barroso
Vogal Suplente	João Ribeiro
Vogal Suplente	Tiago Crisóstomo
Vogal Suplente	Diogo Manteigas
Vogal Suplente	Ana Margarida César
Vogal Suplente	Miguel Pinheiro
Vogal Suplente	Márcio Timóteo
Vogal Suplente	João Bernardes
Vogal Suplente	Bruno Pinho
Vogal Suplente	Marta Rodrigues
Vogal Suplente	Filipa Antunes
Vogal Suplente	Essi Silva
Vogal Suplente	Ricardo Dias
Vogal Suplente	José Maria Martins
Vogal Suplente	Pedro Laborinho

Vogal Suplente Mariana Barata Lopes

**LISTA MESA**

Presidente Nuno Miguel Firmo

Vice-Presidente Teresa Piteira Lopes

Vice-Presidente Andreia Bernardo

Secretário Ivan Duarte

Secretário Pedro Alves Monteiro

Suplente Sofia Sá Fernandes

Suplente Ana Rita Oliveira

Suplente Rodrigo Veríssimo

Suplente Vera Policarpo Neves

Suplente Vanessa Gaspar